Dilemas atlânticos

Romanos e gregos - As relações transatlânticas e o teste das intervenções militares

Bruno Cardoso Reis

Será Washington a Roma de um novo império, o primeiro império verdadeiramente global? E qual o papel da Europa em tudo isto? Se parece improvável que os EUA apostem num império formal, com o controlo directo de um grande número de territórios, que sempre recusaram no passado, também é evidente em determinados aspectos da ideologia nacional tradicional norte-americana - a ideia do carácter excepcional e exemplar da América - a existência de um forte potencial imperialista. A forma como Tony Blair e outros aliados europeus da Administração Bush encaram essa possibilidade parece revelar a sua aceitação do papel de gregos - conselheiros mais experientes e sábios - em relação às legiões norte-americanas. Será realmente assim?

O paradoxo do fantoche

Sem dúvida que, em Maio passado, o imperialismo estava na moda em Washington. Um dos livros mais populares era *Empire* de Niall Ferguson, uma história do Império Britânico vendido como uma espécie de guia ilustrado para a actual hegemonia norte-americana. Embora tenha falado com várias figuras do *establishment* - de Brent Scowcroft a Anthony Lake, passando por Anatol Lieven e Susan Woodward - uma das conversas mais interessantes, e certamente a mais inesperada, foi com um aristocrata do Laos, actualmente dono de um pequeno restaurante na Chinatown da capital americana.

Falando em francês para evitar ouvidos indiscretos afirmou que os norte-americanos tinham arruinado a vida da sua família, que tinha apoiado os EUA durante as guerras na Indochina e se vira condenada ao exílio por causa disso. Para ele o “síndrome do Vietname” não era algo do passado, e temia que os iraquianos que colaborassem na intervenção norte-americana sofressem sorte semelhante à sua, ou pior... O assassínio recente no Iraque sob ocupação norte-americana do *ayatollah* Al-Hakim e da vice-ministra Hakila al-Hashimi deu um eco mais dramático a estas palavras.

Como sairão os EUA do Iraque e quais serão os custos da intervenção militar nesse país é a pergunta do momento. A própria ideia de intervenção está intimamente associada a um importante desnível de poder – ao contrário das guerras que têm lugar entre potências

de poderio equivalente, as intervenções são fruto de uma escolha em que não há grandes dúvidas sobre o resultado militar, que mesmo que não seja o desejado nunca porá em causa seriamente a segurança da potência interveniente como sucederia com a derrota numa ‘guerra a sério’. Por isso, os grandes problemas neste tipo de acção militar, são: na fase da decisão, saber se os riscos que as tropas enviadas vão correr compensam os potenciais benefícios; e, depois, uma vez a intervenção decidida, saber geri-la gerir politicamente. Ou seja, sendo à partida relativamente fácil colocar tropas no terreno e levá-las à vitória no terreno militar, será depois possível retirá-las do terreno com igual facilidade e com a garantia de se ter obtido uma vitória política durável? Esta é, no entender de Tony Lake, o conselheiro de segurança nacional de Clinton e um veterano da embaixada em Saigão, a grande lição do Vietname, e que o leva a comentar que “só um idiota não procuraria tirar lições de um desastre como aqueles!”.

A grande dificuldade com que os norte-americanos se defrontam hoje, depois da sua intervenção no Iraque, é como é que num país altamente nacionalista se vence o ciclo vicioso de o poder ocupante externo ser acusado de tudo o que corre mal e se esperarem dele soluções milagrosas que exigem medidas enérgicas, sendo simultaneamente atacado por exercer o poder de forma despótica e não devolver rapidamente responsabilidades aos iraquianos que era suposto libertar.

Os EUA não querem evidentemente entregar o poder a forças que lhe são hostis, mas se favorecerem determinadas facções minam automaticamente a sua credibilidade local. Um fenómeno que Anatol Lieven - historiador e repórter britânico com muita experiência de zonas de crise, e actualmente no Carnegie Endowment - descreve como o paradoxo do fantoche. De facto, a maneira mais fácil de resolver uma intervenção externa é apoiar uma facção local, armá-la e encarregá-la de defender os ‘nossos’ interesses. O problema está em que, do rei Faiçal II no Iraque de 1958, até Najibullah no Afeganistão no início dos anos 90, o resultado, muitas vezes, não tem sido brilhante. Daí que mesmo esta saída aparentemente fácil, advogada pelos apoiantes de Ahmad Chalabi em Washington, esteja longe de oferecer um sucesso garantido.

Quanto às dificuldades de um real processo de democratização num país com problemas tão complexos como o Iraque, cuja história recente se resume a décadas de uma ditadura brutal, elas são claras para todos. A própria intervenção militar norte-americana, ao radicalizar a opinião pública árabe e islâmica, veio dificultar ainda mais a vida das correntes liberais locais, já rotineiramente acusadas de colaboração com o Ocidente

agressor. Parece sobretudo ilusório acreditar que estas democracias árabes e islâmicas serão naturalmente pró-americanas, como o comportamento, por exemplo, da Turquia ou da Indonésia na crise iraquiana veio demonstrar.

No imediato, há ainda que lidar com a resistência armada iraquiana (e não só) à presença norte-americana, numa resposta típica à natureza intrinsecamente assimétrica deste tipo de intervenções. Mas estaremos perante um novo Vietname? Sim e não. Estamos certamente perante o mesmo tipo de resposta de forças locais a uma intervenção externa, mas são muitos os factores que diferenciam a situação: da falta de uma base sólida de apoio num Estado vizinho, até ao carácter do terreno, passando pelo desnível significativamente maior representado pela actual tecnologia militar norte-americana. A grande questão é até que ponto a reacção da opinião pública norte-americana não será semelhante.

Como afirma Bob Hunter - embaixador na NATO nos anos 90 e actualmente na direcção da RAND - “os norte-americanos aceitam baixas em combate, o que já não aceitam são baixas sofridas depois de ser suposto termos alcançado uma vitória.” O teste decisivo será uma acção da guerrilha ou um ataque terrorista suficientemente importante para desafiar a ideia de que a situação, embora complicada está sob controlo - algo como a ofensiva do Tet, em 1968, ou o ataque aos marines norte-americanos em Beirute, em 1983, ou ainda o ataque falhado a Aidid na Somália, em 1993. É precisamente por esta razão que a internacionalização da administração e ocupação militar do Iraque é actualmente tão importante para Washington. Poderá tornar a presença de tropas estrangeiras mais digerível, particularmente se provenientes de Estados islâmicos; oferece mais garantias de sucesso ao processo político e de reconstrução que permita a retirada; e, em todo o caso, significará que quaisquer que sejam as perdas elas serão mais repartidas. Os EUA precisam da Europa, portanto, mas será que podem contar com ela?

Marte e Vênus ou Hera e Júpiter?

Há uma resposta pessimista, com base na ideia de que as divisões entre europeus e norte-americanos têm a ver com diferentes percepções da mecânica da vida internacional – tese vulgarizada no curto ensaio de Robert Kagan, *Power and Weakness*, sob a fórmula de que os americanos são de Marte, os europeus são de Vênus, que, no entanto, acaba por nos parecer uma má imagem da relação transatlântica, nomeadamente se tivermos em conta a experiência dos anos 90 em termos de intervenções militares.

Como foi apontado por vários críticos de Kagan, na prática, os americanos não parecem muito apegados às virtudes marciais, com a sua obsessão com a *force protection*, ou seja, evitar a todo o custo baixas nas suas tropas, o que levou o general Morillon a comentar a respeito dos norte-americanos na ex-Jugoslávia: “que soldados são estes que estão dispostos a matar, mas não a enfrentar a morte?” Esta atitude tem custos significativos no quadro de operações de pacificação, em que a interação com os civis é essencial. E também não é de todo evidente que os responsáveis europeus críticos de Bush II o sejam por relutância relativamente ao uso da força per se. De facto, como refere Bob Hunter, a sua experiência na NATO mostrou-lhe que, regra geral, os governos europeus eram prudentes no recurso à força, mas não mais do que Washington - claro que isto era na época de Clinton - e, nomeadamente no caso francês, distinguiam-se sobretudo pela sua preocupação em pensar nas consequências de uma intervenção no longo prazo e em a colocar num quadro legal que a legitimasse.

Será que a atitude norte-americana foi radicalmente transformado pelo 11 de Setembro de 2001? Mesmo que seja assim, o que isso significa é que os EUA se deixaram dominar pelo seu desejo de destruir os que os atacaram. Compreensível, talvez, mas o equivalente mitológico adequado seria então Hera, a vingativa deusa que não olha a meios para destruir os que a tinham ofendido. Quanto ao europeus, mesmo os governos que apoiaram Bush, continuam preocupados, não com a recusa do uso da força a priori, mas sim com a manutenção de uma ordem internacional assente em regras, cujo equivalente mitológico seria Júpiter, o deus supremo, que controla os abusos e as forças de desordem em nome de um certo critério de justiça e moderação.

Uma palavra chave na cultura grega que falta na análise de Kagan é *hubris*, a vanglória de mandar que leva à destruição de muitos heróis na tragédia clássica. A ideia de que os EUA podiam, nas palavras de Rumsfeld, combater sozinhos - e pressupõe-se ocupar em seguida - em dois teatros operacionais diferentes, revelou-se um bom exemplo disso. Na véspera da invasão, recorde-se, irritado com as dificuldades internas do governo inglês, ele tinha mesmo declarado não ser sequer necessária a participação inglesa.

Não há dúvida de que é difícil construir uma coligação multinacional que seja simultaneamente ampla e eficiente. Desse ponto de vista, a experiência da intervenção no Kosovo, em 1999, foi reveladora, parecendo a muitos decisores norte-americanos uma receita perigosa que não deveria ser repetida - como o general Wes Clark, actual candidato presidencial democrata, deixa expresso nas suas memórias, atribuindo, no entanto, culpas

aos dois lados do Atlântico. Também é claro que a opinião pública norte-americana parece nunca ter valorizado devidamente a contribuição dos aliados europeus - precisamente pelo peso da experiência permanente de construção de consensos e de criação de instituições que é a UE - para a construção da paz depois de uma intervenção militar, geralmente vista como uma tarefa menor. Isto, claro, até se depararem com ela, sozinhos, no caso do Iraque.

A questão que se punha em Washington pós-1999, era a de saber até que ponto seriam feitas adaptações na gestão de coligações. Se se deveria partir do princípio que os EUA bastariam para qualquer missão, e que os aliados iriam ser agregados apenas na medida das suas conveniências e de acordo com os seus ditames, ou se se optaria por um esforço de melhor liderança, nomeadamente com o encorajamento de um maior investimento militar dos europeus, ou ainda se se iria para uma pura e simples hegemonia norte-americana. Sabemos qual foi a escolha - entre a NATO e o Império, Bush II escolheu o Império. Inevitável após o 11 de Setembro? Nada é menos evidente para o *establishment* norte-americano de relações internacionais, que se opôs, em boa parte, à esquerda como à direita, a essa opção. De tal forma que um alto responsável da RAND nos perguntava: “se eles não nos ouvem a nós, como é que vocês querem que eles vos ouçam a vocês, europeus?”

De facto, as previsões relativamente ao poderio solitário norte-americano rapidamente se revelaram excessivamente optimistas. Hoje, o Pentágono tem de reconhecer dificuldades mesmo em assegurar a rotação do contingente de tropas que mantém no Iraque, que muitos consideram, aliás, insuficiente. É evidente também que os iraquianos não acolheram de braços abertos a invasão, apesar de poucos chorarem a queda de Saddam; e de que este último não representava um risco iminente para a segurança internacional por via dos seus programas de armamento, pelos vistos eficazmente destruídos pela ‘irrelevante’ ONU.

Mas parece-nos evidente que no coração da elite norte-americana são muitos os que consideram que Bush II tem de recuar em nome dos interesses da ordem mundial e da própria tradição política norte-americana. A sua pretensão a um direito de decidir da paz e da guerra sem qualquer controlo real, interno ou externo - que é o que significa a ideia de guerra preventiva, tal como ela foi definida e praticada por esta Administração - configura a pretensão ao império universal, e se há alguma lei das relações internacionais que a história nos ensina é certamente aquela que o historiador Duroselle escolheu para

título do seu derradeiro livro - *Toute Empire Périra*. As nações europeias, bem antes de existir a UE, surgiram precisamente da luta vitoriosa por garantir que todo o Império pereceria...